

Biodiversidade

A descoberta da América e o contato com seus habitantes deu ao europeu informações preciosas. Além da batata, do tomate, do fumo e da aguardente de milho, o colonizador descobriu a função medicinal de uma série de ervas típicas da floresta. São folhas ou raízes que curam dor de cabeça, aliviam problemas de estômago e reduzem as febres.

Isso é o que se chama biodiversidade. A Amazônia, com suas milhares de espécies vegetais, esconde um tesouro fabuloso — que tanto pode ser medido em vidas que pode salvar quanto em dinheiro vivo. O que há ali vale montanhas de dólares. O norte brasileiro sempre foi alvo da cobiça internacional por suas reservas minerais e agora pelo que oferece em matéria de opções de cura. Os grandes laboratórios internacionais mantêm um olho comprido sobre a região.

A organização social denominada Bioamazônia e a multinacional suíça chamada Novartis assinaram um acordo (no valor de US\$ 4 milhões) para o desenvolvimento de remédios a partir de 10 mil fungos e bactérias da Amazônia. As patentes ficariam em nome da multinacional. O contrato resulta de uma negociação de dois anos conduzida à revelia do governo federal. É uma ironia. A Bioamazônia foi criada pelo governo federal exatamente para controlar os contratos de pesquisa genética.

O Ministério do Meio Ambiente acordou em tempo. O ministro Sarney Filho deverá anunciar nesta semana a decisão de centralizar as licenças de pesquisa. Na prática, a decisão significa a suspensão das parcerias de biotecnologia

em andamento na região. O caso da Bioamazônia não é o único. O maior contrato da América Latina de exploração industrial de substâncias foi assinado em 1999 entre uma empresa nacional com participação estrangeira, a Extracta, e a multinacional Glaxo Wellcome.

Estão em andamento neste momento outros nove acordos de pesquisa com finalidades industriais, seis deles licenças de coleta de plantas e microorganismos dadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e uma rede estimada em centenas de investigações monitoradas por universidades brasileiras. Sem contar as pesquisas ilegais de substâncias, a biopirataria.

“O descontrole sobre as pesquisas na Amazônia era previsível. Primeiro deveria ser criada a lei regulando o acesso aos recursos genéticos e só depois autorizar as pesquisas”, afirma a senadora Marina Silva, autora de projeto protegendo a floresta, que há cinco anos tramita no Congresso. A Câmara dos Deputados instituiu uma comissão destinada a apressar a votação da lei. E o governo dá indícios de que vai se mexer.

A Amazônia merece maior atenção dos brasileiros. O domínio que estrangeiros eventualmente venham a exercer sobre a região poderá não ser apenas financeiro. O financiamento dessas multinacionais muda a qualidade dos pequenos institutos de pesquisa. O governo precisa regular com urgência as atividades na área. E preservar, ao máximo, o conhecimento para que ele permaneça em mãos brasileiras, não apenas por nacionalismo, mas para gerar dividendos a toda a sociedade.